- Desagregação por 3 Pontos
Resultado: Aprovado
Favor: PSD, PS, CH, L e CDS-PP
Abstenção: PCP
Ausência: IL, BE e PAN

- Audição Governador do Banco de Portugal
Resultado: Aprovado
Favor: PSD, PS, CH, L e CDS-PP
Abstenção: PCP
Ausência: IL, BE e PAN

- Audição Autoridade da Concorrência
Resultado: Aprovado
Favor: PSD, PS, CH, L e CDS-PP
Abstenção: PCP
Ausência: IL, BE e PAN

- Audição Associação Portuguesa de Bancos
Resultado: Aprovado
Favor: CH, PS e L
Contra: PSD e CDS-PP
Abstenção: PCP
Ausência: IL, BE e PAN

GRUPO PARLAMENTAR CHEGA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ECOM5XVII/2025/10

Data: 12/09/2025

Discussão e votação: 17/09/2025

Exmo. Sr. Presidente da Comissão da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Rui Afonso

Assunto: Requerimento para Audição, do Exmo. Senhor Governador do Banco de Portugal, da Autoridade da Concorrência e da Associação Portuguesa de Bancos sobre o processo do "Cartel da Banca"

Exmo. Sr. Presidente,

Nas últimas semanas, voltou a estar em destaque o chamado "Cartel da Banca", um processo que resultou na aplicação de coimas pela Autoridade da Concorrência no montante global de 225 milhões de euros. O Tribunal da Relação de Lisboa deu razão aos bancos no início deste ano, considerando que o tempo de espera pelos recursos junto do Tribunal de Justiça da União Europeia contava para os prazos de prescrição. Esta interpretação anulou as coimas aplicadas pelo Tribunal da Concorrência e, independentemente da sua configuração legal, deixou ao País uma clara perceção de impunidade face a práticas reconhecidamente ilícitas.

Entretanto, em 2023 e 2024, o setor bancário em Portugal apresentou lucros superiores a 10 mil milhões de euros, em grande medida suportados pelo aumento das taxas de juro, enquanto famílias e pequenas empresas enfrentam dificuldades no acesso ao crédito e no cumprimento das suas responsabilidades financeiras.

Neste contexto, é essencial que a Assembleia da República exerça o seu papel de escrutínio, ouvindo os principais responsáveis institucionais e representativos do setor, de modo a esclarecer as razões que conduziram à prescrição do processo e à falta de consequências para as instituições envolvidas, de modo a perceber que medidas de supervisão, fiscalização e autorregulação estão a ser implementadas para garantir que práticas lesivas da concorrência

não se repetem, e de modo a avaliar o impacto que a atuação da banca, num contexto de lucros recorde, está a ter sobre os cidadãos, as empresas e a economia nacional.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a Audição, do Exmo. Senhor Governador do Banco de Portugal, da Autoridade da Concorrência e da Associação Portuguesa de Bancos

Palácio de São Bento, 12 de setembro de 2025

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Eduardo Teixeira – Francisco Gomes – Patrícia Almeida – João Ribeiro – Rui Cardoso – Paulo Seco – Bernardo Pessanha – Manuela Tender